



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Da Sra. Iara Bernardi)

Requer a realização de Seminário Internacional sobre Mulher e Poder Político na América Latina e Caribe.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos do Regimento Interno desta Casa, a realização, por esta Comissão, de Seminário Internacional sobre Mulher e Poder Político na América Latina e Caribe, para debater a experiência das mulheres dos continentes por igualdades de direitos sociais e políticos. Sugerimos que sejam debatidos temas tais como políticas que promovam e igualdade na representação de gênero nas instâncias de poder político, integração regional entre parlamentos, cultura de paz e direitos humanos, entre outros.

JUSTIFICATIVA

A eleição de mulheres para presidência da República nos diversos países é um fato bastante significativo, elevam a autoestima e fortalece a luta das mulheres, embora muitos ainda ostentem pequenos índices de presença feminina no poder legislativo e em outros espaços de poder político, em todos os níveis.

Atualmente, a América Latina e o Caribe contam com quatro chefes de governos: Dilma Rousseff no Brasil, Cristina Kirchner na Argentina, Laura Chinchilla na Costa Rica, e Kamla Persad-Bissessar em Trinidad e Tobago. O Chile, até recentemente, foi governado por Michelle Bachelet.

Mesmo que tenha crescido nas últimas décadas, a presença feminina no poder público nos continentes Latino Americano e Caribe ainda é pequena. Em qualquer instituição que se observe, as mulheres estão em franca minoria – dos poderes Executivos em todos os níveis, aos Tribunais e Casas legislativas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Em nosso país, numa comparação internacional, a desvantagem da representação feminina é particularmente nítida. A União Internacional Parlamentar - IPU, entidade com sede na Suíça, criou um ranking baseado na composição dos parlamentos de 190 países, o Brasil ocupa a 158ª posição (8,6% de mulheres), embora representem 52% da população. Na política, as mulheres de Ruanda (56,3%) e Moçambique (39,2%) na África; Iraque (25,2%) e Afeganistão (27,7%) no Oriente Médio, estão em melhor situação do que as brasileiras.

A adoção de cotas para candidaturas femininas nas eleições representou um avanço espetacular no mundo inteiro. No México, a participação das mulheres no Parlamento saltou de 14,2% para 36,8% em apenas 15 anos. Na França, de 6,4% para 26,9%.

No nosso continente sul americano, a representação de mulheres no Poder Legislativo do Chile, por exemplo, é de 14,2%, bem abaixo da média da região, de 22,4%. O país fica à frente de Colômbia (12,7%), Paraguai (12,5%), ou Brasil (8,77%), mas atrás de Cuba (43,2%), Costa Rica (38,6%) e Argentina (38,5%).

Em nosso país, a medida que entrou em vigor em 1995, elevou a representação feminina, mas ainda é insuficiente. A representação das mulheres na Câmara dos Deputados é de apenas 8,77% dos parlamentares. No Senado a representação melhora um pouco proporcionalmente, mas ainda é uma sub-representação. São apenas oito mulheres em um universo de 81 senadores.

Nas eleições de 2012, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres conquistaram 665 prefeituras, o que representa 12% do total. No primeiro turno de 2008 foram 9% do total. O percentual de mulheres eleitas vereadoras também aumentou. Neste ano, foi de 13% do total, contra 11% na última eleição municipal.

Em duas capitais, Florianópolis e em Palmas, nenhuma mulher foi eleita.

A adoção das cotas representou um importante avanço como ação afirmativa de inclusão de mais mulheres nas chapas nas eleições proporcionais. Mas é preciso avançar mais, rumo a uma representação paritária, já que a sociedade é composta por homens e mulheres por igual.

A busca de espaços de poder político para as mulheres é um tema que envolve uma discussão superestrutural, uma discussão que deverá



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

envolver toda a sociedade. Debater a experiência dos vários países da América Latina e Caribe será de grande valia para a adoção de novas práticas políticas que promovam a igualdade de gênero na representação política em nosso país e nos demais dos nossos continentes.

Precisamos compartilhar a experiência internacional dos continentes Latino Americano e Caribenho, recolher os ensinamentos e compartilhar conhecimento de como melhorar a legislação e as práticas políticas que permitam uma representação mais igualitária entre homens e mulheres em todos os espaços de poder político.

Assim pensando, esperamos contar com o apoio dos senhores deputados e senhoras deputadas desta Comissão, para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2013.

Deputada IARA BERNARDI
PT-SP